

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.409 - RJ (2019/0159390-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : DEJEANE DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

PENAL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME. CONSECUTÓRIO LEGAL. ART. 118, INCISO I, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE DO JUÍZO DA EXECUÇÃO NA IMPOSIÇÃO DA SANÇÃO. SÚMULA 568/STJ. INCIDÊNCIA. PARECER DO MPF DESFAVORÁVEL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça daquele Estado.

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** negou provimento ao agravo em execução ali interposto pelo ora recorrente. Eis a ementa do julgado (fl. 131):

"AGRAVO (ARTIGO 197, DA LEI 7.210/84). COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. RECURSO VOLTADO À REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL - EM PRINCÍPIO, O COMETIMENTO DE FALTA GRAVE ACARRETA A REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL (ARTIGO 118, INCISO I, DA LEI 7.210/84). TODAVIA, NO CASO CONCRETO, ESSA MEDIDA SERIA DESPROPORCIONAL, POIS MOSTRA-SE SUFICIENTE A PUNIÇÃO DISCIPLINAR IMPOSTA À CONDENADA (ISOLAMENTO E SUSPENSÃO OU RESTRIÇÃO DE DIREITOS POR QUINZE DIAS). DESPROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL."

Opostos embargos de declaração pelo ora recorrente (fls. 139-143), estes foram rejeitados (fl. 152).

Sobreveio agravo regimental (fls. 156/162), o qual foi desprovido (fls. 169/173). Confira-se a ementa do julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE INDEFERIU EMBARGOS DECLARATÓRIOS - O ACÓRDÃO NÃO SE MOSTRA, NEM DE LONGE, MINIMAMENTE AMBÍGUO, OBSCURO, CONTRADITÓRIO OU OMISSO, LOGO, REVELA-SE INCENSURÁVEL A DECISÃO COMBATIDA, QUE ENCONTRA RESPALDO NO § 2º, DO ARTIGO 620, DO CPP. DESPROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL."

Nas razões do recurso especial (fls. 180/193), o **Parquet** sustenta violação ao artigo 118, inciso I, da Lei de Execução Penal, ao argumento de que ao deixar não se pode deixar de determinar a regressão de regime prisional, ante o reconhecimento da prática de falta grave pela apenada.

Busca, no ponto, demonstrar que: *"Se não foi apresentada ou acolhida justificativa para a falta grave cometida, não podem o Juízo da Vara de Execuções Penais e o Tribunal de Justiça se recusar a cumprir o que determina a lei, deixando de regredir o regime prisional. Há que ter em conta que decisões como a aqui atacada subvertem por completo o sistema da Lei de Execuções Penais, pautado no senso de responsabilidade e disciplina do condenado."* (fl. 187).

Ademais, informa que: *"(...) não andou bem a instância ordinária ao acolher a tese de que, diante da sanção disciplinar aplicada na esfera administrativa, revela-se desproporcional determinar a regressão do regime prisional em decorrência do cometimento de falta grave."* (fl. 191)

Requer, portanto, a reforma do v. acórdão recorrido para determinar a regressão de regime de cumprimento da pena privativa de liberdade da recorrida para o fechado.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 198/223), o recurso foi admitido na origem (fls. 258/259) e os autos ascenderam a esta eg. Corte de Justiça.

O Ministério Público Federal apresentou parecer pelo **desprovido** do recurso especial, conforme a seguinte ementa (fl. 274):

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL DO PARQUET ESTADUAL. EXECUÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE FALTA GRAVE E DE OFENSA AO ART. 118, I, DA LEP. PRETENSÃO DO MPE DE DISPENSAR O PAD NA APURAÇÃO DE FALTA MÉDIA (SUPOSTO DESRESPEITO VERBAL INJURIOSO A AGENTE SERVIDOR DO PRESÍDIO). PRETENDIDO REGRESSO DA APENADA AO REGIME FECHADO. OBRIGATORIEDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD), ANTE A INSUFICIÊNCIA DA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA. ÓBICE DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. INOBSERVÂNCIA DA SÚMULA Nº 533 DO STJ. PRECEDENTES DESTA C. CORTE SUPERIOR. Não pode a apenada ser punida duas vezes pelo mesmo fato (vedado o ilegal bis in idem). A apenada já foi punida proporcional e suficientemente (ISOLAMENTO E SUSPENSÃO OU RESTRIÇÃO DE DIREITOS POR QUINZE DIAS). Prevalência dos os Princípios Constitucionais do Contraditório, da Ampla Defesa e do Devido Processo Legal (due process of law), além dos Princípios da Legalidade, da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

- PARECER pelo conhecimento e pelo DESPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL".

É o relatório.

Decido.

Compulsando a tese aventada na seara recursal, tenho que suas premissas **merecem prosperar**.

Pondera o insurgente que, embora reconhecido pelo Juízo **a quo** que a recorrida cometeu falta grave, deixou o Tribunal de origem de aplicar a regressão de regime prevista no art, 118, I, da LEP, mediante discricionariedade do julgador, por entender que a medida se mostraria desproporcional a aplicação dos consectários legais.

Nesse particular, no que importa ao caso, assim se manifestou o e. Tribunal de origem, **in verbis** (fl. 133, grifei):

*"Em princípio, o cometimento de falta grave acarreta a regressão de regime prisional (artigo 118, inciso I, da Lei 7.210/84). Todavia, **no caso concreto, essa medida seria desproporcional, pois mostra-se suficiente a punição disciplinar imposta à condenada (isolamento e suspensão ou restrição de direitos por quinze dias).**"*

De fato, razão assiste ao ora recorrente, porquanto a jurisprudência desta e. Corte Superior de justiça é assente no sentido de que, uma vez reconhecida a prática de falta grave no curso da execução penal, devem ser aplicadas todas as consequências legais dela decorrentes, não havendo margem de discricionariedade para que o magistrado deixe de impor a sanção de regressão de regime.

A propósito:

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA GRAVE DEVIDAMENTE APURADA EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD. REGRESSÃO DE REGIME. CONSECTÁRIO LEGAL. ART. 118, I, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. INEXISTÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE DO JUÍZO DA EXECUÇÃO NA IMPOSIÇÃO DA SANÇÃO. QUESTÃO DE DIREITO. NÃO INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 118, inciso I, da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal - LEP), cometida pelo apenado falta disciplinar de natureza grave devidamente apurada em Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD, a regressão de regime é consectário legal do reconhecimento da falta grave, uma vez que a lei não concede ao Juízo da Execução a discricionariedade acerca da possibilidade de deixar de impor a regressão diante da comprovada prática de falta grave pelo condenado. Precedentes.

2. A questão não esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ, uma vez que os fatos são incontroversos e delimitados nas instâncias ordinárias, de modo que a questão sobre o consectário legal da falta grave - regressão de regime - é questão de direito e prescinde da incursão na seara fático-probatória. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 1.459.678/GO, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 26/8/2019, destaquei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. RECONHECIMENTO DA PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. REGRA DO ART. 118, I, DA LEP. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

1. A jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que compete ao Juízo das Execuções Criminais determinar a regressão de regime prisional, quando cometida pelo apenado falta disciplinar de natureza grave devidamente apurada em procedimento administrativo disciplinar (art. 118, inciso I, da Lei de Execução Penal), todavia, a lei não concede ao Juízo da Execução a discricionariedade acerca da possibilidade de deixar de impor tal regressão diante da comprovada prática de falta grave pelo condenado.

2. No caso, tendo sido reconhecida a prática pelo apenado de falta disciplinar de natureza grave, mister a observância da aplicação do art. 118, inciso I, da Lei de Execução Penal, procedendo-se a devida regressão de regime prisional.

NULIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. INOVAÇÃO RECURSAL. 1. Pleito de nulidade do procedimento administrativo disciplinar que culminou na regressão de regime. Inviável a discussão, em agravo regimental, de tese que sequer foi objeto do acórdão recorrido ou do recurso especial, por se tratar de inovação recursal.

2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no REsp n. 1.528.454/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 25/5/2018, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PESSOAL. ART. 28 DA LEI 11.343/2006. CONFIGURAÇÃO DE FALTA GRAVE. CONSECUTÓRIOS LEGAIS APLICÁVEIS. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Em relação à posse de droga para uso próprio, esta Corte fixou entendimento no sentido de que, embora o art. 28 da Lei 11.343/06 não mais preveja a pena privativa de liberdade para esse delito, o fato continua sendo classificado como crime, ensejando o reconhecimento de falta grave quando cometido durante a execução.

2. Diante disso, é de se registrar que a prática de falta disciplinar de natureza grave acarreta a regressão de regime, a alteração da data-base para a obtenção de novos benefícios na execução da pena - à exceção do livramento condicional, do indulto e da comutação da pena -, e a perda de até 1/3 dos dias remidos, nos exatos termos do entendimento da Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial n. 1.364.192/RS, sob o rito de recurso repetitivo (CPC, art. 543-C), consolidado nas Súmulas 441, 535 e 534 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. *Agravo regimental improvido.*" (AgRg no HC n. 525.107/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 8/10/2019, grifei).

Tal realidade faz incidir, à hipótese, a **Súmula 568 desta Corte de Justiça**, no sentido de que *“O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante a respeito do tema”*.

Assim, merece trânsito a tese recursal, notadamente porque a decisão do e. Colegiado **a quo** se encontra em total desconformidade com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso III, do Regimento Interno do STJ, **dou provimento** ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido e determinar a regressão do regime da recorrida.

P. e I.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator